

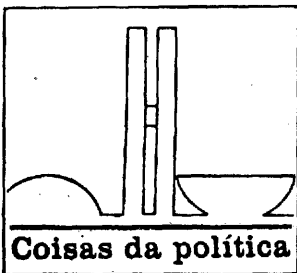
Um trunfo. Ou um soco no ar

20 JUL 1985

Sarney

Ricardo Noblat

COSTUMA-SE dizer que o ano de ouro dos ministérios da chamada área social do governo foi, sem dúvida, o de 1980. Eles alcançaram, aliás, os mais altos percentuais em termos de orçamento público e, desde então, jamais repetiram a performance. É curioso, por exemplo, tomar-se o orçamento de um desses ministérios, digamos, o da Educação. E comparar sua curva de crescimento ou de declínio com a entrada na cena política e econômica do país do ex-Ministro Delfim Netto. A era delfiniana, por conta de uma visão pouco sensível das questões sociais, coincide com a queda, mais ou menos abrupta, do volume de verbas disponíveis para a educação. De resto, para a saúde, o trabalho, a previdência e a alimentação.



Coisas da política

O doce exílio em Paris do ex-ministro ao longo do Governo Geisel coincidiu com uma fase de orçamento mais generoso para a educação em termos relativos, que voltou a sofrer com o reingresso do Sr. Delfim Netto no coração do poder a partir do Governo Figueiredo — especialmente de sua ascensão à Secretaria do Planejamento. É decisão amadurecida e já praticamente tomada pelo Presidente José Sarney a de resgatar os percentuais do início da década para a área de gastos sociais do seu governo, adicionando-se sobre o total algo em torno de 6%. A fala à Nação da próxima segunda-feira fornecerá, possivelmente, essa informação — bem como outras que apressadamente começaram a ganhar corpo ainda na semana passada.

Ora pelo Chefe do Gabinete Civil, ora pelo Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, todos os ministérios foram acionados para remeter ao Palácio do Planalto suas metas físicas e financeiras para os próximos quatro anos — prazo que o Presidente José Sarney estima em permanecer no cargo. A condensação e a costura de tais metas permitirão ao Ministro João Sayad, do Planejamento, elaborar o novo plano nacional de desenvolvimento, que, ao contrário dos anteriores, pretende ir além das generalidades. O que parece de mais relevante no novo plano, especificamente no que trata dos objetivos sociais do governo, deverá ser anunciado pelo Presidente no pronunciamento a ser gravado hoje pela manhã.

O Sr. Sarney tem pressa de fazê-lo. O Plano Nacional de Desenvolvimento só será enviado ao Congresso no mês de setembro. Até lá estará em curso a fase mais delicada, e talvez decisiva, da renegociação da dívida junto ao FMI e aos banqueiros. A antecipação do projeto do governo para a área social soará como uma condição imposta pelo Brasil para a renegociação da dívida. É essa, pelo menos, a intenção que move o Presidente da República. Não fazê-lo e já poderia resultar no atropelamento do projeto do Sr. Sarney pelas exigências para o fechamento dos acordos que, naturalmente, serão ditadas pelo FMI e pelos banqueiros. A carta, portanto, será jogada sobre a mesa em um lance arriscado mas refletido.

Dirá o Presidente, com a ênfase que julga capaz de convencer os incrédulos, que não sacrificará seu compromisso de assistir os brasileiros mais pobres em troca da finalização de acordos que atingirão, em cheio, a soberania

do país. O ex-Ministro Delfim Netto, ali pelos idos de setembro do ano passado, chegou a cogitar do espetacular gesto de romper com o FMI. O Sr. Sarney, se cogita o mesmo, não se sabe. Sabe-se que na fala à Nação na noite de segunda-feira ele elevará o tom da voz para comunicar aos interessados que está disposto a jogar duro. O Presidente considera-se possuidor de um razoável cacife para agir dessa maneira e, presume-se, deve reunir informações que lhe permitam antever um final feliz de jogo.

Escora-se o Sr. Sarney em um elenco de suportes que vão das reservas monetárias e monetizáveis ao desastre que representaria para o sistema financeiro internacional uma quebra do Brasil, passando pelo pacto político interno que, hoje, ele imagina estar feito — menos em torno do seu governo e mais em apoio às suas próprias posições. As sucessivas reuniões da Granja do Torto com economistas, sindicalistas e empresários e o encontro de governadores no Palácio da Alvorada podem ter servido para que o Presidente proclame que sua proposta de pacto, de certa forma, foi aceita e consumou-se. Assim, o que o Presidente espera dizer à Nação será o que dela ouviu nos últimos meses, através dos seus representantes.

A sintonia com a Nação que o Sr. Sarney deseja ver expressa na fala da segunda-feira funcionará a nível externo para balizar a renegociação da dívida e, a nível interno, para reforçar um Presidente que assumiu um posto para o qual não fora eleito e em meio a uma gigantesca frustração nacional. Na esfera do poder propriamente dito, o Sr. Sarney assiste à crise dos partidos, ao desmoronamento das lideranças dentro do Congresso e à descoordenação de um governo que ele não formou — que não é seu e pelo qual ele não se sente responsável. Trata-se de um governo quase que inteiramente descartável — tanto mais quanto se mostre medíocre, desarticulado.

O Presidente sabe que irá alterá-lo em meados do próximo ano, ou um pouco antes. Pouco se lhe faz, portanto, que ministros se engalfinhem, outros se mostrem incompetentes, outros, ainda, exibam toda sua fragilidade, desde que as linhas gerais do projeto de governo que o Sr. Sarney elabora sejam, razoavelmente, respeitadas. Somente a recusa à paternidade de uma equipe que ficou órfã mal tinha nascido pode explicar o comportamento do Presidente, que não faz segredo de suas críticas a determinados ministros. Desautoriza vários deles com relativa freqüência. Contribui para desgastar até mesmo alguns que se apressam em tentar servi-lo. Está certo o Sr. Sarney de que se salvará em meio à *débâcle* dos seus eventuais auxiliares.

A salvação e o fortalecimento do Presidente passam, de imediato, pelo que ele obtiver na atual rodada da renegociação da dívida. O FMI e os banqueiros não costumam se impressionar com discursos altissonantes, pactos solenes, nem manifestações de endurecimento retórico. As metas físicas do projeto social do Sr. Sarney podem estar carregadas de boas intenções e de um indiscutível valor de justiça, mas as cifras que adornam as metas financeiras para quatro anos não passam de um maldisfarçado exercício de futurologia. Como se fosse possível, desde agora, prever as expectativas de inflação dos próximos anos, as estruturas relativas de preços, as oscilações do mercado internacional.

O jogo, de toda forma, está em andamento e só nos resta torcer pelo Presidente. Espera-se que seu discurso não seja um soco no ar.